

Aula 02

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Eduardo Alberi

07 de Agosto de 2025

Índice

1) O que é -Fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado... - Instituto AOCP - Único	3
2) Roteiro de Revisão - Fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Ilícitude e causas de	4
3) Aposto Estratégica - Fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Ilícitude e causas de	19
4) Questões Estratégicas - Fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado - AOCP	21
5) Questionário de Revisão - Fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Ilícitude e causa	33
6) Lista de Questões Estratégicas - Fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado - AOCP	38
7) Referências Bibliográficas	44



O QUE É MAIS COBRADO NO ASSUNTO

A análise a seguir refere-se a uma amostra de **32 questões**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP** para **nível médio e superior** no período de **2017 a 2025**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico		% de cobrança Instituto AACP
Conceito de crime		<1,00%
Fato Típico		<1,00%
Erro de Tipo		21,88%
Dolo, Culpa e Praeterdolo		9,38%
Crime consumado, tentado e impossível	Consumação	6,25%
	Crime Impossível	6,25%
	Tentativa do Crime	18,75%
Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior		9,38%
Illicitude e suas excludentes	Estado de necessidade	12,50%
	Legítima defesa	6,25%
	Estrito cumprimento do dever legal	3,13%
	Exercício regular de direito	6,25%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

1 – Conceito de infração penal, crime e contravenção

De acordo com o **art. 1º da Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-Lei 3.914/41)**, a infração penal se divide em duas categorias: **crimes** (ou delitos) e **contravenções penais**. A distinção entre crime e contravenção está principalmente na gravidade da conduta e nas sanções aplicáveis.

Segundo a **doutrina majoritária**, o conceito de crime adota a **teoria tripartite**, que define o crime como um **fato típico**, **ilícito** e **culpável**. Assim, para que haja crime, é necessário:

- **Fato típico** (conduta que se enquadra em um tipo penal);
- **Ilícitude** (a conduta é contrária ao direito, sem excludentes);
- **Culpabilidade** (possibilidade de atribuir responsabilidade ao agente).



2 – Fato típico

O fato típico é o primeiro elemento da estrutura do crime na teoria tripartite. É composto por conduta, resultado, nexo de causalidade e tipicidade.



Elementos do fato típico

a) Conduta

A **teoria finalista**, adotada no Brasil, entende a conduta como um comportamento humano voluntário dirigido a um fim. A conduta pode ser de **ação** ou **omissão**.

Ação: quando o agente realiza um comportamento ativo.

Omissão: quando o agente deixa de realizar um comportamento exigido. A omissão pode ser:

- **Omissão própria:** tipificada pela simples inação (ex.: omissão de socorro, art. 135, CP).
- **Omissão imprópria:** ocorre quando o agente tem o dever de agir para evitar o resultado, com base em uma situação anterior (art. 13, §2º, CP).

*Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou **omissão** sem a qual o resultado não teria ocorrido.*

*§ 2º - A **omissão é penalmente relevante** quando o omitente **devia e podia** agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:*

- a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;*
- b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;*
- c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.*

b) Resultado naturalístico

O resultado naturalístico é a modificação no mundo exterior causada pela conduta do agente. Ele é essencial nos **crimes materiais**, mas irrelevante nos **crimes formais** e ausente nos **crimes de mera conduta**:

Crime material: exige a ocorrência de um resultado (ex.: homicídio, art. 121, CP).

Crime formal: não exige o resultado para sua consumação (ex.: extorsão mediante sequestro, art. 159, CP).

Crime de mera conduta: não requer resultado ou fim específico, apenas a conduta (ex.: invasão de domicílio, art. 150, CP).



c) Nexa de causalidade

O nexa causal é o vínculo entre a conduta do agente e o resultado. O **art. 13 do Código Penal** adota a **teoria da equivalência dos antecedentes causais**, segundo a qual todas as condições que contribuíram para o resultado são consideradas causais, salvo interrupções anormais ou extraordinárias.

As concausas podem ser:

Concausas absolutamente independentes: causas que, por si só, já teriam produzido o resultado, sem relação com a conduta do agente. Elas excluem o nexa causal (art. 13, §1º, CP).

Concausas relativamente independentes: causas que dependem, de certa forma, da conduta do agente. Elas podem ser preexistentes, concomitantes ou supervenientes. Se forem supervenientes e romperem o nexa causal, excluem a imputação do resultado.

d) Tipicidade

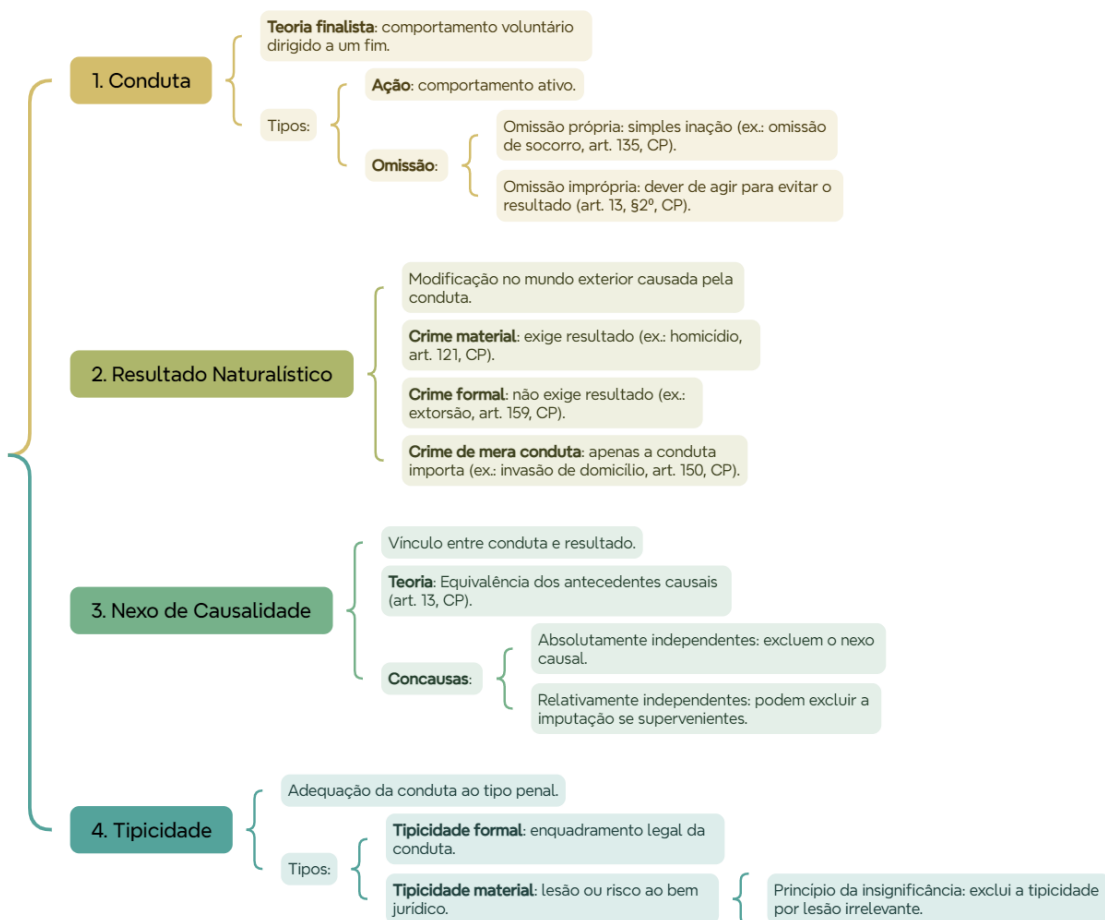
A **tipicidade** é a adequação da conduta ao tipo penal, ou seja, a descrição da conduta no texto legal. Ela possui duas dimensões:

Tipicidade formal: ocorre quando a conduta do agente se enquadra no tipo penal descritivo.

Tipicidade material: verifica-se se o comportamento ofensivo lesou ou colocou em risco um bem jurídico relevante. O **princípio da insignificância (ou bagatela)** é uma aplicação da tipicidade material, excluindo a tipicidade quando a lesão for irrelevante para o Direito Penal.



Elementos do Fato Típico



3 – Causas de exclusão do fato típico

As causas de exclusão do fato típico ocorrem quando a conduta do agente não pode ser considerada como fato típico, impedindo a configuração do crime. Entre elas, destacam-se:

a) Coação ou força física irresistível: ocorre quando o agente é forçado **fisicamente** a praticar um ato ilícito, sem qualquer possibilidade de resistência. Nesse caso, o agente não tem controle sobre sua conduta, o que exclui o fato típico por falta de **conduta voluntária**.

Obs: a força física irresistível pode ser originada de uma **força da natureza** que gera o descontrole do agente. Exemplo: um terremoto que empurra o agente contra outra pessoa, lesionando-a.



👉 Coação moral irresistível:

Não confundir coação física irresistível com **coação moral irresistível**. Nesta, o agente é pressionado **psicologicamente**, de modo irresistível, a realizar uma conduta ilícita. Aqui, a responsabilidade recai sobre o coator, que exerce a pressão para o coagido realizar a conduta.

Assim, no caso da coação moral irresistível, afasta-se a **culpabilidade**, uma vez que se trata de inexigibilidade de conduta diversa por parte do agente.

Art. 22 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

b) Erro de tipo inevitável: o erro de tipo ocorre quando o agente age desconhecendo uma circunstância fática que constitui o crime, e, se esse erro for inevitável, exclui o fato típico, pois o agente não tem como adequar sua conduta ao tipo penal. Se o erro for **evitável**, o agente poderá responder por crime culposos, se previsto em lei (CP, art. 20, *caput*).

c) Atos reflexos: em casos de atos reflexos, o agente não tem controle sobre sua conduta (ação ou omissão), isto é, não há uma manifestação de sua vontade, o que, devido a isso, afasta-se o fato típico.



4 – Crime doloso e crime culposos

Crime doloso

Nos termos do **art. 18, I, do Código Penal**, o crime doloso é aquele em que o agente age com **vontade e consciência** de realizar a conduta ilícita, ou assume o risco de produzi-la.



Art. 18 - Diz-se o crime:

Crime doloso

*I - doloso, quando o agente **quis** o resultado ou **assumiu** o risco de produzi-lo;*

Dolo direto: o agente quer diretamente realizar a conduta e produzir o resultado. Há uma intenção clara de praticar o ilícito.

Dolo indireto: o agente não quer necessariamente o resultado específico, mas age de modo a aceitar que ele ocorra. Subdivide-se em:

- **Dolo eventual:** o agente **assume o risco** de que o resultado aconteça, sem necessariamente desejar produzi-lo, mas aceitando a possibilidade (ex.: dirigir embriagado).

- **Dolo alternativo:** o agente tem mais de um resultado possível e aceita qualquer um deles (ex.: ao atirar em direção a duas pessoas, indiferente a qual delas atingirá).

Há, ainda, a divisão do dolo em primeiro e segundo grau, de acordo com a intensidade da intenção e do resultado:



↳ **Dolo de primeiro grau:** Neste caso, o agente quer **diretamente produzir o resultado**. O autor tem a intenção clara e direta de alcançar o resultado ilícito com a sua ação.

Exemplo clássico é o de uma pessoa que atira em outra com o propósito de matá-la. O resultado (a morte da vítima) é o objetivo principal.

↳ **Dolo de segundo grau:** Também chamado de dolo direto de segundo grau ou dolo de **consequências necessárias**, ocorre quando o agente não busca diretamente o resultado ilícito, mas **sabe que ele é uma consequência inevitável de sua ação e o aceita**. Ou seja, o agente quer o resultado principal e, ao mesmo tempo, sabe que outros resultados também ocorrerão.

Por exemplo, alguém que explode um prédio para matar uma pessoa específica. Ainda que o objetivo seja matar essa pessoa, o agente sabe que outros também morrerão e aceita isso como consequência inevitável.

Crime culposo

O crime culposo está previsto no **art. 18, II, do Código Penal** e ocorre quando o agente **não quer nem assume** o risco de produzir o resultado, mas, por falta de cuidado, acaba causando o evento ilícito. A conduta é reprovada por violar o dever de cuidado objetivo.

Art. 18 - Diz-se o crime:

Crime culposo

*II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por **imprudência, negligência ou imperícia**.*

Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

Elementos do crime culposo

Conduta voluntária: o comportamento é voluntário, mas os resultados não são pretendidos.

Violação a um dever de cuidado: o agente age com negligência (falta de cuidado), imprudência (ação precipitada ou arriscada) ou imperícia (falta de habilidade técnica).

Resultado naturalístico involuntário: o resultado não é desejado, mas acaba ocorrendo.

Nexo causal: há uma relação entre a conduta negligente e o resultado.

Tipicidade: o comportamento deve estar previsto na lei como crime culposo.

Previsibilidade objetiva: o resultado deve ser previsível por uma pessoa comum em condições semelhantes.

Modalidades da culpa

Culpa consciente: o agente prevê a possibilidade do resultado, mas acredita que pode evitá-lo.

Culpa inconsciente: o agente não prevê o resultado, embora fosse previsível.

Culpa própria: ocorre quando o agente não deseja o resultado, mas o provoca por imprudência, negligência ou imperícia.

Culpa imprópria: o agente, por erro, acredita estar agindo legitimamente (ex.: legítima defesa putativa), mas sua ação negligente resulta em uma situação de culpa.



Crime preterdoloso: o agente deseja um resultado menos grave (com dolo), mas causa um resultado mais grave do que pretendido, por culpa. Exemplo clássico é o **homicídio preterdoloso** (art. 129, §3º, CP), onde há intenção de lesão corporal, mas a vítima acaba morrendo.

Modalidades da Culpa	
1. Culpa Consciente	O agente prevê a possibilidade do resultado, mas acredita que pode evitá-lo.
2. Culpa Inconsciente	O agente não prevê o resultado, embora fosse previsível.
3. Culpa Própria	O agente não deseja o resultado, mas o provoca por imprudência, negligência ou imperícia.
4. Culpa Imprópria	O agente, por erro, acredita estar agindo legitimamente (ex.: legítima defesa putativa). A ação negligente resulta em uma situação de culpa.
5. Crime Preterdoloso	O agente deseja um resultado menos grave (com dolo), mas causa um resultado mais grave por culpa. Exemplo: Homicídio preterdoloso (art. 129, §3º, CP) - intenção de lesão corporal, mas a vítima morre.

5 – Crime consumado, tentado e impossível

Crime consumado

O **crime consumado** ocorre quando todos os elementos do tipo penal se realizam, ou seja, o agente atinge o resultado pretendido pela conduta ilícita (art. 14, I, do Código Penal)

Crime tentado

O **crime tentado**, previsto no **art. 14, II, do Código Penal**, ocorre quando o agente, iniciando a execução de um crime, **não o consuma por circunstâncias alheias à sua vontade**. A **pena da tentativa é reduzida** de um a dois terços, conforme a proximidade ou o afastamento da consumação.



Alguns crimes **não admitem** tentativa, tais como:

Crimes culposos, pois não há intenção do agente em produzir o resultado.

Crimes preterdolosos, pois o resultado mais grave é culposos.

Crimes unissubsistentes: aqueles que se realizam com um único ato (ex.: injúria verbal).

Crimes de mera conduta: aqueles que se consumam apenas com a conduta, sem necessidade de resultado (ex.: invasão de domicílio, art. 150, CP).

Crime impossível

O **crime impossível** é descrito no **art. 17 do Código Penal**. Trata-se de uma situação em que a consumação do crime é inviável, seja pela ineficácia absoluta do meio utilizado, seja pela absoluta impropriedade do objeto. O agente não pode ser punido, pois, em tais casos, a conduta não representa um risco real ao bem jurídico tutelado.

Art. 14 - Diz-se o crime:

Crime consumado

I - consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;

Tentativa

*II - tentado, quando, iniciada a execução, **não se consuma por circunstâncias alheias** à vontade do agente.*

Pena de tentativa

*Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, **diminuída de um a dois terços**.*

Crime impossível

Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.



6 – Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior

Desistência voluntária e arrependimento eficaz

O **art. 15 do Código Penal** estabelece que, se o agente desiste voluntariamente de prosseguir na execução (desistência voluntária) ou impede que o resultado ocorra (arrependimento eficaz), ele responde apenas pelos atos já praticados, não pelo crime que tentou cometer.

Desistência voluntária: o agente inicia a execução do crime, mas, por sua própria vontade, decide não prosseguir.

Arrependimento eficaz: o agente realiza todos os atos necessários para a consumação do crime, mas toma medidas para evitar que o resultado se concretize.

Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

Ambas as situações funcionam como **causas de exclusão da punibilidade**.

Além disso, a **atenuante genérica do art. 65, III, b, CP** aplica-se quando o agente, espontaneamente, procura diminuir as consequências do crime após sua prática.

Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

III - ter o agente: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

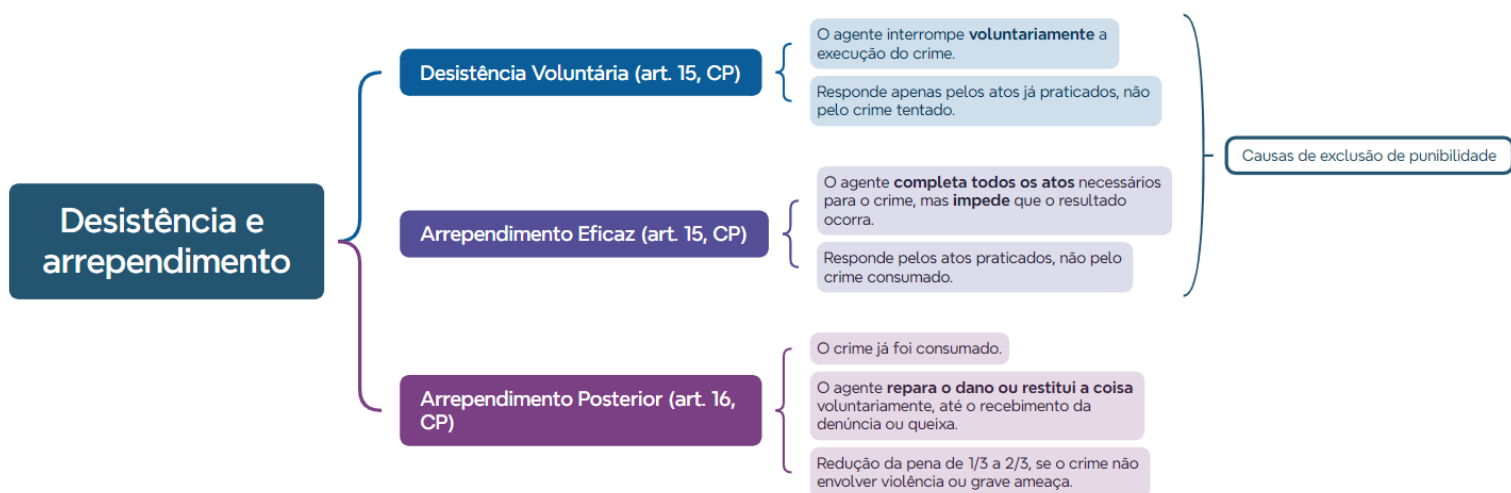
b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

Arrependimento posterior

O **arrependimento posterior** ocorre quando, após a consumação do crime, o agente repara o dano ou restitui a coisa, **voluntariamente**, até o recebimento da denúncia ou queixa. Nesse caso, a pena é **reduzida de um a dois terços**, conforme o **art. 16 do Código Penal**. Aplica-se apenas a crimes que não envolvem violência ou grave ameaça.

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.





7 – Excludentes de ilicitude

As **excludentes de ilicitude** são situações em que a conduta típica não é considerada ilícita, porque há uma justificativa legal para a ação. Estão previstas no **art. 23 do Código Penal**.

Estado de necessidade

O estado de necessidade é uma das causas legais de exclusão da ilicitude, prevista no art. 24 do Código Penal. Ele ocorre quando o agente pratica uma conduta típica, mas justificada pela necessidade de **salvar um bem jurídico próprio ou de terceiro** diante de um **perigo atual** e **inevitável**, que não foi por ele provocado.

Elementos do Estado de Necessidade

Para que o estado de necessidade seja aplicado, é necessário observar os seguintes requisitos:

1. **Perigo atual**: o perigo deve ser **presente** e **iminente**. Não se aceita o estado de necessidade para situações de perigo hipotético ou futuro. Exemplo: o motorista que invade a contramão para desviar de um acidente e salvar sua vida.
2. **Involuntariedade do perigo**: o perigo não pode ter sido causado voluntariamente pelo agente. Se o agente cria a situação de perigo, não pode invocar o estado de necessidade para justificar a sua conduta (ex.: o motorista que provoca um acidente ao dirigir embriagado).
3. **Inevitabilidade da conduta**: não deve haver outro meio disponível para afastar o perigo, ou seja, a conduta realizada deve ser o **único recurso** para salvar o bem jurídico ameaçado. Se houver uma alternativa viável, o agente não estará amparado pelo estado de necessidade.
4. **Proporcionalidade entre os bens envolvidos**: deve haver uma relação de **proporcionalidade entre o bem sacrificado e o bem preservado**. A doutrina admite o estado de necessidade mesmo quando o bem sacrificado for de valor equivalente ao preservado (estado de necessidade **justificante**), mas, em casos extremos, o sacrifício de um bem de menor valor pode ainda assim configurar **estado de necessidade exculpante**, atenuando a culpabilidade do agente.

Exemplo de Estado de Necessidade



Um exemplo clássico é o do naufrago que, para salvar a própria vida, lança fora da balsa de sobrevivência outro indivíduo, que, na mesma situação, disputava o último lugar disponível. Nesse caso, a conduta típica (homicídio ou lesão corporal) é justificada pela necessidade de preservar sua própria vida, não havendo outros meios disponíveis.

O estado de necessidade, quando reconhecido, **exclui a ilicitude da conduta**, ou seja, o fato típico não será considerado criminoso. No entanto, se houver excesso na aplicação, o agente poderá ser responsabilizado.

Legítima defesa

A legítima defesa ocorre quando o agente **repudia uma agressão injusta, atual ou iminente, contra si mesmo ou contra terceiros**, utilizando meios necessários e moderados para **neutralizar ou afastar** essa agressão.

Elementos da Legítima Defesa

1. **Agressão injusta:** a legítima defesa pressupõe que a agressão seja **injusta**, ou seja, sem respaldo legal. Não é possível invocar legítima defesa contra um ato legítimo (ex.: prisão realizada por autoridade policial dentro dos limites legais).
 - **Agressão atual:** a agressão deve estar **ocorrendo no momento** ou ser **iminente** (prestando-se a acontecer). Não é possível legítima defesa contra agressões passadas ou futuras.
 - **Agressão contra si ou terceiros:** a legítima defesa pode ser em **defesa própria** ou de **terceiros**.
2. **Meios necessários:** os meios empregados na defesa devem ser **necessários** para repelir a agressão. Isso significa que a reação deve ser proporcional à agressão e, quando possível, o agente deve usar o meio **menos lesivo** para neutralizá-la. Por exemplo, reagir com uma arma de fogo a um ataque com socos pode ser desproporcional.
3. **Moderação:** a defesa deve ser proporcional à agressão sofrida. O uso de força excessiva, além do necessário para repelir o ataque, pode descaracterizar a legítima defesa, configurando o **excesso punível** (art. 23, parágrafo único, do Código Penal). A moderação é analisada conforme a gravidade da ameaça.
4. **Perigo atual ou iminente:** a legítima defesa só se justifica em face de uma **agressão presente ou iminente**, ou seja, prestes a ocorrer. A defesa em face de uma agressão já concluída ou puramente hipotética não é considerada legítima defesa.

Exemplos de Legítima Defesa

- Um indivíduo que reage ao ser agredido fisicamente com golpes de faca, causando lesão no agressor para se proteger.
- Uma pessoa que atira para neutralizar um assaltante armado que estava prestes a atirar em uma terceira pessoa.

Legítima Defesa Putativa

A **legítima defesa putativa** ocorre quando o agente acredita, **de maneira errônea**, estar sob agressão injusta e reage para se defender, mas na realidade não existe a agressão. Nesses casos, o **erro pode excluir a culpabilidade se for inevitável (erro de tipo)** ou **reduzir a pena se evitável (erro de proibição)**.



Quando a legítima defesa é caracterizada, a conduta típica do agente é considerada **lícita**, não configurando crime. Se o agente excede os limites necessários ou moderados, ele poderá ser responsabilizado pelo **excesso**.

Estrito cumprimento do dever legal

No **estrito cumprimento do dever legal**, o agente pratica a conduta ilícita porque é obrigado a fazê-lo por imposição da lei.

Exemplos comuns são os atos praticados por policiais no exercício de suas funções.

Exercício regular de direito

O **exercício regular de direito** exclui a ilicitude quando o agente pratica uma conduta que está dentro dos limites autorizados pela lei.

Um exemplo é o direito de retomar a posse de um bem por vias legais.

Exclusão de ilicitude

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Excesso punível

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

Estado de necessidade

Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

Legítima defesa



Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

Consentimento do ofendido

O consentimento do ofendido é uma **causa supralegal de exclusão da ilicitude**, geralmente aplicada em casos em que o bem jurídico tutelado é **disponível** e a vítima autoriza a sua violação. O consentimento só é válido se for **livre, consciente e prévio** à conduta.

Exemplo: em esportes como boxe, o consentimento para os golpes é pressuposto da prática.

Excesso punível

O **excesso punível** está previsto no art. 23, parágrafo único, do Código Penal e ocorre quando o agente, ao praticar uma conduta justificada (ex: legítima defesa), **ultrapassa os limites da necessidade ou da moderação**. O excesso pode ser:

- **Doloso**: quando o agente, intencionalmente, excede o que seria necessário.
- **Culposo**: quando o agente, sem intenção, extrapola os meios necessários por negligência, imprudência ou imperícia.

Nesse caso, o agente responde pelo excesso, ainda que a conduta inicial fosse justificável.



Excludentes de Illicitude

Estado de Necessidade (art. 24, CP)

Ato para proteger um bem jurídico diante de perigo atual, que não foi causado voluntariamente pelo agente.

Requisitos:

Perigo atual e inevitável.

Proporcionalidade entre o bem sacrificado e o bem protegido.

Legítima Defesa (art. 25, CP)

Uso moderado de meios necessários para repelir uma agressão injusta, atual ou iminente, contra si ou terceiros.

Requisitos:

Agressão injusta.

Meios moderados e proporcionais.

Agressão atual ou iminente.

Estrito Cumprimento do Dever Legal (art. 23, III, CP)

Conduta realizada por obrigação legal ou em cumprimento de dever imposto pela lei.

Exercício Regular de Direito (art. 23, III, CP)

A prática de um ato permitido pelo direito.

Agressão permitida em esportes como boxe.

Consentimento do Ofendido (Doutrina)

Consentimento válido dado pela vítima para a prática de atos que atinjam bens disponíveis.

Requisitos:

Consentimento válido, livre e consciente.

O bem jurídico deve ser disponível.

Exclui a ilicitude, desde que respeitados os limites legais.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



Tem sido bastante cobrado em provas recentes a diferença entre **dolo de primeiro grau** e **dolo de segundo grau**. Devido a isso, cabe relembrar o que já foi estudado e aprofundar um pouco mais. Vejamos:

Dolo de primeiro grau	Dolo de segundo grau (de consequências necessárias)
O agente quer diretamente o resultado típico, ou seja, o resultado principal é o objetivo final da conduta	o agente não deseja diretamente um segundo resultado, mas prevê que ele ocorrerá inevitavelmente como consequência necessária da sua conduta, e mesmo assim, decide agir
Está diretamente relacionado ao conceito de dolo direto	Classificado pela doutrina como uma forma de dolo direto, pois o agente aceita o resultado secundário como uma consequência necessária da sua ação principal
Exemplo: um indivíduo que dispara uma arma contra outra pessoa com o intuito de matar. Neste caso, o agente realiza a conduta (disparar) e deseja diretamente o resultado final (a morte da vítima)	Exemplo: o agente coloca uma bomba em um avião com o intuito de matar uma pessoa específica, mas sabe que, ao fazer isso, inevitavelmente causará a morte de todos os passageiros a bordo

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



A importância prática na distinção entre dolo de primeiro e segundo grau recai na **dosimetria da pena** e para a correta interpretação das intenções do agente no caso concreto.

Por exemplo, no dolo eventual, o agente assume o risco, mas no dolo de segundo grau, ele sabe que o segundo resultado ocorrerá necessariamente, o que pode justificar uma maior gravidade na punição.



QUESTÕES COMENTADAS



1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

A) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

B) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão produtora de qualquer resultado superveniente.

C) Diz-se o crime tentado quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.

D) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a publicação da sentença, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida pela metade.

E) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa.

Comentários:

Letra A – Correta: O Código Penal prevê que a **omissão é penalmente relevante quando há dever jurídico de agir e possibilidade de evitar o resultado**. Esse dever pode derivar de relações jurídicas específicas, da assunção de determinada função ou da criação do risco do resultado pelo próprio omitente.

Art. 13, §2º: A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.

O dever de agir incumbe a quem:

I – tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;

II – de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;



III – com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Letra B – Incorreta: A assertiva contém um erro ao afirmar que causa do crime é qualquer resultado **superveniente**, quando na verdade é **qualquer ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido**.

Letra C – Incorreta: A questão descreve a **desistência voluntária** e o **arrependimento eficaz**, e não a tentativa de crime. O **crime tentado** ocorre quando o agente inicia a execução, mas não consegue consumar o crime por circunstâncias alheias à sua vontade (**art. 14, II**).

Letra D – Incorreta: A redução da pena para reparação do dano antes da sentença existe, mas **pode ser de um a dois terços**, e não obrigatoriamente pela metade (**art. 16**).

Letra E – Incorreta: O erro sobre elemento do tipo **exclui o dolo**, mas **pode permitir punição a título de culpa**, se houver previsão legal (**art. 20**).

Gabarito: Letra A

2. (AOCP/Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná/Policial Penal/2024)

De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Diz-se o crime consumado quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- B) A omissão é penalmente relevante ainda que o omitente não tenha o dever de agir.
- C) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente à pena aplicável ao crime doloso.
- D) Diz-se o crime culposo quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- E) O agente que age em legítima defesa responde com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).

Comentários:

Letra A – Incorreta: O crime consumado ocorre **quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal**, e não apenas a intenção do agente (**art. 14, I**).

Letra B – Incorreta: A omissão **só é penalmente relevante se houver dever jurídico de agir** para evitar o resultado (**art. 13, §2º**).

Letra C – Incorreta: A pena da tentativa **é reduzida de um a dois terços**, salvo disposição em contrário, conforme o **art. 14, parágrafo único**.



Letra D – Correta: O crime culposos ocorre quando o agente dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia:

Art. 18, II: Diz-se o crime:

II – culposos, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

Letra E – Incorreta: A legítima defesa **exclui a ilicitude e não gera pena ao agente** (art. 25). A alternativa trata erroneamente da **diminuição de pena prevista para o homicídio privilegiado**, e não para a legítima defesa.

Gabarito: Letra D

3. (AOC/Polícia Militar do Estado de Pernambuco/Segundo Tenente da Polícia Militar/2024)

Em relação à classificação dos crimes, assinale a alternativa correta.

A) Quanto à duração do momento consumativo, os crimes podem ser classificados em instantâneos ou de ação múltipla.

B) Quanto ao elemento subjetivo do tipo, os crimes podem ser classificados em unisubjetivos ou plurisubjetivos.

C) Quanto ao resultado, os crimes podem ser classificados em crimes de dano ou crimes de perigo.

D) Quanto à modalidade de conduta, os crimes podem ser classificados em comissivos, omissivos próprios e omissivos impróprios.

E) Quanto à quantidade de bens jurídicos atingidos, os crimes podem ser classificados em unissubsistentes ou plurissubsistentes.

Comentários:

Letra A – Incorreta: Quanto à duração do momento consumativo, os crimes podem ser classificados em **instantâneos** (quando a consumação ocorre em um único momento, como no homicídio) e **permanentes** (quando a consumação se prolonga no tempo, como no sequestro). O termo "ação múltipla" não se refere à duração, mas sim ao tipo de conduta descrita no tipo penal.

Letra B – Incorreta: A classificação quanto ao elemento subjetivo do tipo se divide em **crimes dolosos e culposos**, e não em **unisubjetivos e plurisubjetivos**, que dizem respeito ao número de agentes necessários para a prática do delito.



Letra C – Incorreta: quanto ao **resultado** os crimes são classificados em crimes materiais, crimes formais ou crimes de mera conduta.

Letra D – Correta: A modalidade de conduta classifica os crimes em **comissivos** (praticados por ação), **omissivos próprios** (quando a omissão está expressamente prevista no tipo penal, como no crime de omissão de socorro) e **omissivos impróprios** (quando há dever de agir para evitar o resultado).

Art. 13 [...] § 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;

b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;

c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Letra E – Incorreta: no que se refere à quantidade de bens jurídicos atingidos, os crimes podem ser classificados em **mono-ofensivos** (atingem apenas um bem jurídico) ou **pluriofensivos** (atingem mais de um bem jurídico). Os crimes **unissubsistentes** e **plurissubsistentes** referem-se à quantidade de atos de execução para a sua consumação.

Gabarito: Letra D

4. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Pernambuco/Segundo Tenente da Polícia Militar/2024)
João e José realizam tratamento de diabetes nos mesmos dias e horários, em UBS de bairro. Em razão de desentendimento, João, desejando matar José, desfere golpes de faca contra ele, os quais o atingem apenas de raspão. Ocorre que, por ser diabético, José vem a falecer em razão do agravamento das lesões sofridas. Nesse caso, à luz do Código Penal, João deverá responder pelo crime de

A) homicídio consumado.

B) homicídio tentado.

C) homicídio culposo.

D) lesão corporal.

E) lesão corporal seguida de morte.

Comentários:



Letra A – Correta: a diabetes é uma condição que existia antes (preexistente) antes do crime cometido por João e, devido a essa condição, José morre. Assim, a diabetes é uma causa relativamente independente, ou seja, se não fosse por ela, muito provavelmente José não teria morrido devido às facadas. Ou seja, se o agente quer matar a vítima e ela morre em razão de sua conduta, mesmo que por circunstâncias agravantes (como uma condição médica prévia), responde pelo crime consumado.

Letra B – Incorreta: O homicídio tentado ocorre quando o agente **inicia a execução**, mas o crime **não se consuma por circunstâncias alheias à sua vontade**. No caso, a vítima **efetivamente faleceu**, ainda que indiretamente em razão das lesões sofridas.

Letra C – Incorreta: O homicídio culposo ocorre quando **não há intenção de matar**, mas o agente age com imprudência, negligência ou imperícia. João **tinha a intenção de matar**, o que exclui a possibilidade de crime culposo.

Letra D – Incorreta: O crime de **lesão corporal** ocorre quando há intenção de ferir a vítima, e não de matá-la. Como João queria o resultado morte, não se trata de simples lesão corporal.

Letra E – Incorreta: O crime de **lesão corporal seguida de morte** ocorre quando há intenção **apenas de ferir**, mas o resultado morte ocorre por circunstâncias imprevistas. No caso, João **queria matar José**, então responde por homicídio consumado, e não por lesão corporal seguida de morte.

Gabarito: Letra A

5. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Cadete/2022) Com a intenção de matar seu eterno rival, Pompeu Magno desferiu três facadas em Júlio César, fugindo do local em seguida. Socorrido e levado ao hospital pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), a vítima foi imediatamente submetida a uma cirurgia de emergência, contudo não resistiu e veio a óbito. Ocorre que, realizada a perícia, concluiu-se que Júlio César faleceu por obra da imperícia médica do profissional responsável pela cirurgia. Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta de acordo com o direito penal.

A) Como se trata de causa superveniente relativamente independente que produziu por si só o resultado, Pompeu Magno deverá responder por tentativa de homicídio.

B) Pompeu Magno deverá responder por tentativa de homicídio, eis que a imperícia médica reflete causa superveniente absolutamente independente.

C) A imperícia médica não foi capaz de romper o nexo causal, razão pela qual Pompeu Magno deverá responder por homicídio consumado.

D) Pompeu Magno deverá responder por lesão corporal seguida de morte, pois a imperícia médica, por si só, não é capaz de romper o nexo causal.



E) Como a situação narrada descreve um caso de imperícia, uma das modalidades de culpa, Pompeu Magno deverá responder por homicídio culposo.

Comentários:

Letra A – Incorreta: A **causa superveniente relativamente independente** só exclui o nexo causal quando **sozinha provoca o resultado**, o que não ocorreu aqui, pois as facadas contribuíram para a morte da vítima. Assim, Pompeu Magno não responderá por tentativa, mas sim por homicídio consumado.

Letra B – Incorreta: A **causa superveniente absolutamente independente** é aquela que **não tem relação com a conduta do agente**, rompendo totalmente o nexo causal. No caso, a imperícia médica não rompeu o nexo, pois o homicídio teria ocorrido independentemente do erro médico.

Letra C – Correta: A imperícia médica não exclui o nexo causal quando decorre diretamente da ação inicial do agente. No caso, a vítima morreu em consequência das facadas, ainda que o atendimento médico tenha sido inadequado. Assim, Pompeu Magno responde por **homicídio consumado**.

Art. 13, §1º: "A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou."

Letra D – Incorreta: O crime de **lesão corporal seguida de morte** ocorre quando **o agente não tem intenção de matar**, o que não se aplica ao caso, pois Pompeu Magno desferiu as facadas com a intenção clara de matar a vítima.

Letra E – Incorreta: O homicídio culposo ocorre quando **não há intenção de matar**, mas sim culpa (negligência, imprudência ou imperícia). Como Pompeu Magno teve **dolo direto**, ele não pode ser responsabilizado por crime culposo.

Gabarito: Letra C

6. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021) Assinale a alternativa correta.

A) Dolores, 20 anos de idade, estava grávida. Certo dia, em razão de fortes dores de cabeça, ela tomou um medicamento para aliviar as dores. Em razão da ingestão do medicamento, Dolores começou a ter fortes dores abdominais e, por isso, foi encaminhada ao hospital, onde acabou abortando o feto. Após tal fato, Dolores foi ler a bula do medicamento e constatou que mulheres grávidas não poderiam fazer seu uso, pois havia risco de aborto. Nesse caso hipotético, pode-se afirmar que Dolores cometeu o crime de aborto em sua modalidade culposa.



B) Nilo cometeu crime de apropriação indébita, porém, antes do recebimento da denúncia, ele devolveu a coisa apropriada. Nesse caso hipotético, segundo o Superior Tribunal de Justiça, deve ser reconhecida como extinta a punibilidade do agente.

C) Donatello constrangeu Eros com intuito de receber, para si, vantagem econômica indevida, violando assim o artigo 158, caput. Nesse caso hipotético, a consumação de tal crime, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ocorre independente da obtenção da vantagem indevida.

D) Dominic comprou de Yan um produto furtado, violando, dessa forma, o artigo 180. Nesse caso hipotético, não se pune o receptador (Dominic) caso Yan seja isento de pena, porquanto a receptação não é delito autônomo.

E) O perdão do ofendido, conforme disposição no Código Penal, é causa extintiva da punibilidade que pode incidir nos crimes de ação penal privada e nos crimes de ação penal pública condicionada. Nessa última hipótese, só é possível sua ocorrência antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

Comentários:

Letra A – Incorreta: O Código Penal não prevê a modalidade culposa do crime de aborto. Para que Dolores respondesse criminalmente, seria necessário o dolo direto ou eventual na conduta. Como ela não sabia do efeito abortivo do medicamento e não tinha intenção de interromper a gestação, sua conduta não se encaixa no tipo penal.

Letra B – Incorreta: A devolução do bem apropriado antes do recebimento da denúncia pode caracterizar arrependimento posterior, com redução de 1/3 a 2/3 da pena (artigo 16), mas não extingue a punibilidade no crime de apropriação indébita.

Letra C – Correta: O crime de extorsão (artigo 158, caput) consuma-se com o constrangimento da vítima para obter vantagem indevida, independentemente do sucesso na obtenção do proveito econômico.

Artigo 158, caput: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica."

Letra D – Incorreta: A receptação é crime autônomo e independe da condenação do autor do crime anterior. Ou seja, ainda que Yan não fosse punível, Dominic poderia ser responsabilizado pelo crime de receptação.

Letra E – Incorreta: O perdão do ofendido só é aplicável em crimes de ação penal privada, não cabendo aos crimes de ação penal pública condicionada.

Gabarito: Letra C



7. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021) Assinale a alternativa correta.

A) Policarpo, quando passava pela Rua Getúlio Vargas, em Bagé, mediante grave ameaça, roubou da senhora Ayla seu relógio. A polícia civil local, ao receber a notícia criminis, instaurou inquérito policial contra ele e o indiciou por tal crime. Durante a fase investigativa, Policarpo, impelido por forte arrependimento do que havia feito, devolveu, voluntariamente, o relógio à vítima. Nessa situação hipotética, caso Policarpo seja condenado, terá em seu favor uma redução de pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) em razão do arrependimento posterior (artigo 16). Nesse caso, quanto mais rápida for a entrega do bem, maior será a redução da pena.

B) Nísia estava em uma praia totalmente deserta com Epílogo, seu amigo de infância. Por onde os olhos alcançavam, via-se apenas areia, sem pedras, sem morros e sem arvoredos. Com a intenção de lesar Epílogo, ela desferiu um golpe em suas costas, ocasião em que Epílogo caiu e bateu a cabeça justamente em uma pedra (única e não visível), encoberta pela areia (imprevisível), momento em que faleceu por traumatismo craniano. Considerando essa situação hipotética, pode-se afirmar que a conduta dela adequa-se ao crime de lesão corporal seguida de morte.

C) Honório efetuou compra de uma bicicleta e emitiu um cheque sem fundos, de sua conta corrente, para pagar a referida bicicleta. O cheque foi devolvido pelo banco por ausência de fundos. Em razão desse fato, foi instaurado inquérito policial contra ele por violação ao artigo 171, § 2º, inciso VI (estelionato mediante fraude no pagamento por meio de cheque). Ainda na fase investigativa, Honório, voluntariamente, restituiu integralmente o prejuízo à vítima, pagando o valor devido. Nesse caso hipotético, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ele terá em seu favor uma excludente legal de ilicitude, que obstará a propositura da ação penal.

D) Esdras e Efraim, em coautoria, ajustaram a prática do crime de furto contra o Restaurante Bom Prato, em horário em que não houvesse ninguém, ou seja, que estivesse fechado. A exigência de Efraim, para a prática delituosa, seria para que fossem desarmados, pois ele não aceitava o emprego de qualquer violência. Na ocasião em que o crime foi praticado, Esdras disse a Efraim para ficar do lado de fora dando cobertura, enquanto ele entraria no restaurante para furtar. Ao entrar no restaurante sozinho, Esdras se depara com o vigia e, de posse de uma faca (que trazia em sua cintura, sem o conhecimento de Efraim), desfere vários golpes no vigia que não resiste aos ferimentos e morre no local. Em seguida, Esdras foge e deixa seu colega sem saber do ocorrido. Com base nesse contexto hipotético, pode-se afirmar que Efraim agiu em cooperação dolosamente distinta, razão pela qual responderá por crime de roubo com causa especial de diminuição de pena.

E) Para o Superior Tribunal de Justiça, o estupro de vulnerável se consuma com a prática de qualquer ato libidinoso ofensivo à dignidade sexual da vítima, sendo dispensável o contato físico direto entre ela e o réu para a configuração do delito.

Comentários:



Letra A – Incorreta: O arrependimento posterior (artigo 16) não se aplica ao crime de roubo, pois esse delito envolve grave ameaça ou violência. Esse benefício só é cabível para crimes cometidos sem violência ou grave ameaça.

Letra B – Incorreta: No caso narrado, há um nexo causal entre a conduta de Nísia e o resultado morte, mas a imprevisibilidade da pedra encoberta impede a imputação do resultado a título de dolo. Conforme art. 19, pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente. No caso em análise, Nísia não sabia da existência da pedra naquele lugar, então não agiu com imprudência, imperícia ou negligência que poderia caracterizar homicídio culposo. Dessa forma, responderá apenas pelo crime de lesão corporal.

Letra C – Incorreta: A alternativa cobra o entendimento da Súmula 554 do STF:

Súmula 554, STF: O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

Letra D – Incorreta: A cooperação dolosamente distinta ocorre quando um dos agentes age com dolo mais intenso que o outro. No entanto, Efraim não participou do homicídio e, segundo o artigo 29, §2º, poderia ter sua pena reduzida, mas não responderia por roubo.

Letra E – Correta: O STJ entende que o estupro de vulnerável **não exige contato físico direto** entre agressor e vítima, bastando a prática de atos libidinosos ofensivos à dignidade sexual da vítima.

Gabarito: Letra E

8. (AOCP/Polícia Militar do Estado do Tocantins/Soldado/2018) Sobre as disposições contidas no Código Penal acerca do crime, assinale a alternativa correta.

A) O agente que aponta simulacro de arma de fogo para a vítima, acreditando tratar-se de arma de fogo real, e pressiona o gatilho, responde por tentativa de homicídio para o qual será aplicada a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de dois a três quintos.

B) Durante um naufrágio, duas pessoas acreditam haver apenas uma boia salva-vidas e, disputando-a, uma mata a outra. Em seguida, o agente percebe que havia outra boia disponível. Nesse caso, verifica-se a ocorrência do estado de necessidade real, o qual exclui a ilicitude da conduta.

C) O Policial Civil que, ao efetuar uma prisão determinada por ordem judicial, é obrigado a fazer uso da força, provocando ofensas à integridade física do preso, não responde pelo crime de lesão corporal, dado que praticou a conduta em estrito cumprimento de dever legal, o que exclui a culpabilidade do agente.

D) Um Policial Civil que algema um cidadão honesto, sócio de um fugitivo, age com erro de tipo permissivo ou descriminante putativa e, por isso, é isento de pena.



E) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde pelos atos já praticados com pena reduzida de um a dois terços.

Comentários:

Letra A – Incorreta: O agente que utiliza um simulacro de arma de fogo, acreditando ser verdadeira, não pode responder por tentativa de homicídio, pois há uma impossibilidade absoluta de consumação do crime. **Esse caso configura crime impossível**, conforme o **artigo 17**.

Letra B – Incorreta: O estado de necessidade real exclui a ilicitude quando o agente age para proteger um bem jurídico próprio ou alheio de um perigo atual e inevitável. No entanto, se o agente percebe posteriormente que havia outra boa disponível, o risco não era inevitável, o que pode descaracterizar o estado de necessidade.

Letra C – Incorreta: O estrito cumprimento do dever legal exclui a ilicitude da conduta (artigo 23, III), mas **não exclui a culpabilidade do agente**. Além disso, se houver abuso ou excesso na força empregada, o policial poderá responder por lesão corporal ou abuso de autoridade.

Letra D – Correta: O erro de tipo permissivo ou descriminante putativa ocorre quando o agente, por erro justificável, acredita estar agindo dentro da legalidade. Se um policial algema um cidadão honesto, sósia de um fugitivo, acreditando que ele é o criminoso procurado, trata-se de **erro de tipo inevitável**, o que pode excluir a culpabilidade.

Artigo 20, §1º: "É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima."

Letra E – Incorreta: O agente que desiste voluntariamente da execução do crime ou impede a consumação, responde apenas pelos atos executórios já praticados (artigo 15). A questão menciona uma **redução de pena**, o que está incorreto.

Gabarito: Letra D

9. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Assessor Técnico de Procuradoria/2012) De acordo com o Código Penal, se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, ele

- A) pratica o crime de excesso de exação.
- B) pratica o crime de usurpação de função pública.
- C) pratica mera infração administrativa.
- D) estará no estrito cumprimento do dever legal.



E) pratica desacato.

Comentários:

Letra A – Correta: O excesso de exação está previsto no artigo 316, §1º e ocorre quando um funcionário público exige tributo ou contribuição social indevida ou utiliza meios vexatórios na cobrança.

Artigo 316, §1º: "Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa."

Letra B – Incorreta: A usurpação de função pública (artigo 328) ocorre quando alguém **exerce indevidamente uma função pública sem ter direito a isso**, o que não se aplica a um funcionário público que age de maneira abusiva.

Letra C – Incorreta: O excesso de exação é crime funcional praticado por funcionário público, e **não mera infração administrativa**.

Letra D – Incorreta: O funcionário não está no estrito cumprimento do dever legal, pois age com abuso ao exigir tributo indevido ou utilizar métodos vexatórios.

Letra E – Incorreta: O desacato (artigo 331) ocorre quando alguém ofende um funcionário público no exercício da função, o que não tem relação com a conduta da questão.

Gabarito: Letra A

10. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Analista de Controle Externo - Direito/2012) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código Penal, não há crime quando o agente pratica o fato:

- I. em estado de necessidade.
 - II. em legítima defesa.
 - III. em estrito cumprimento de dever legal.
 - IV. no exercício regular de direito.
- A) Apenas II e IV.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.



D) Apenas I, III e IV.

E) I, II, III e IV.

Comentários:

Os quatro itens mencionados na questão referem-se às **causas de exclusão da ilicitude**, previstas no **artigo 23** do Código Penal:

Estado de necessidade (I): ocorre quando alguém pratica um fato típico para salvar um bem jurídico próprio ou alheio de um perigo atual e inevitável, desde que o sacrifício do bem jurídico protegido seja menor que o do bem jurídico atingido.

Legítima defesa (II): ocorre quando o agente repele uma agressão injusta, atual ou iminente, contra si ou contra terceiros, utilizando-se de meios moderados e necessários.

Estrito cumprimento do dever legal (III): ocorre quando o agente pratica um fato típico no cumprimento de uma obrigação imposta pela lei. Exemplo: um policial que, em legítima ação, utiliza a força necessária para prender um criminoso.

Exercício regular de direito (IV): ocorre quando o agente pratica um ato permitido pelo ordenamento jurídico. Exemplo: um lutador de boxe que golpeia seu adversário dentro das regras da competição.

Dessa forma, **todas as assertivas estão corretas**, pois representam excludentes de ilicitude.

Artigo 23: Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Gabarito: Letra E



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. **Explique o conceito de infração penal, distinguindo crime e contravenção.**
2. **Quais são os elementos do fato típico no Direito Penal? Explique cada um.**
3. **O que são crimes de mera conduta e qual a diferença deles para crimes materiais e formais?**
4. **O que caracteriza o nexo de causalidade no Direito Penal e quais são as concausas?**
5. **Defina e exemplifique a tipicidade formal e a tipicidade material.**
6. **Qual a diferença entre dolo direto, dolo eventual e culpa consciente?**
7. **Explique o que é crime consumado e crime tentado, conforme o art. 14 do Código Penal.**
8. **Quais crimes não admitem tentativa?**



9. O que é crime impossível e qual a teoria adotada pelo Código Penal?
10. O que diferencia a desistência voluntária do arrependimento eficaz, conforme o art. 15 do Código Penal?
11. Explique o instituto do arrependimento posterior (art. 16 do Código Penal).
12. Quais são os requisitos para configuração do estado de necessidade, conforme o art. 24 do Código Penal?
13. O que caracteriza a legítima defesa, conforme o art. 25 do Código Penal?
14. Diferencie o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito.
15. Explique o que é o excesso punível, conforme o art. 23, parágrafo único, do Código Penal.

Perguntas com respostas

1. Explique o conceito de infração penal, distinguindo crime e contravenção.

A infração penal, de acordo com o **art. 1º da Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-Lei 3.914/41)**, compreende tanto os crimes (ou delitos) quanto as contravenções penais. A distinção entre crime e contravenção está na gravidade da conduta e na pena imposta. O crime é a infração penal mais grave, cuja sanção pode envolver reclusão ou detenção. Já a contravenção penal é uma infração de menor gravidade, punida com pena de prisão simples ou multa. A doutrina majoritária adota a **teoria tripartite**, que define o crime como um fato típico, ilícito e culpável.

2. Quais são os elementos do fato típico no Direito Penal? Explique cada um.

O fato típico é composto por quatro elementos:

Conduta: é a ação ou omissão voluntária do agente, podendo ser dolosa ou culposa. No Brasil, adota-se a **teoria finalista**, que entende a conduta como um comportamento voluntário com fim determinado.

Resultado: modificação no mundo exterior causada pela conduta do agente. Essencial nos crimes materiais, não necessário em crimes formais e de mera conduta.

Nexo de causalidade: a relação entre a conduta e o resultado. O Código Penal adota a **teoria da equivalência dos antecedentes causais** (art. 13), pela qual todas as condições que contribuíram para o resultado são relevantes.

Tipicidade: é a adequação da conduta ao tipo penal descrito na lei. Pode ser formal (adequação estrita à norma) ou material (relevância da conduta para o Direito Penal).

3. O que são crimes de mera conduta e qual a diferença deles para crimes materiais e formais?



Crimes de mera conduta são aqueles em que o tipo penal não exige a produção de um resultado para sua consumação, bastando a realização da conduta descrita na norma (ex.: invasão de domicílio, art. 150, CP).

Crimes materiais exigem a produção de um resultado naturalístico para se consumarem, como no homicídio (art. 121, CP).

Crimes formais: a consumação ocorre com a conduta, mesmo que o resultado pretendido não seja atingido (ex.: ameaça, art. 147, CP).

4. O que caracteriza o nexo de causalidade no Direito Penal e quais são as concausas?

O **nexo de causalidade** é o vínculo entre a conduta do agente e o resultado por ele provocado. O **art. 13 do Código Penal** adota a **teoria da equivalência dos antecedentes causais**, onde todas as condições que contribuem para o resultado são consideradas causas. As concausas podem ser:

Concausas absolutamente independentes: não possuem relação com a conduta do agente. Excluem o nexo causal (ex.: morte por ataque cardíaco durante um assalto).

Concausas relativamente independentes: têm alguma ligação com a conduta do agente e podem ser preexistentes, concomitantes ou supervenientes. Se forem supervenientes e romperem o nexo causal, excluem a imputação.

5. Defina e exemplifique a tipicidade formal e a tipicidade material.

Tipicidade formal: é a adequação da conduta do agente ao tipo penal descrito na lei. Exemplo: o ato de matar alguém se enquadra formalmente no tipo de homicídio (art. 121, CP).

Tipicidade material: verifica-se se a conduta causou lesão ou perigo concreto a um bem jurídico tutelado. O **princípio da insignificância** (ou bagatela) exclui a tipicidade material quando a lesão ao bem jurídico for irrelevante. Exemplo: furtar um objeto de valor insignificante pode excluir a tipicidade material.

6. Qual a diferença entre dolo direto, dolo eventual e culpa consciente?

Dolo direto: o agente deseja e quer o resultado da conduta. Exemplo: o agente atira com a intenção de matar.

Dolo eventual: o agente não quer diretamente o resultado, mas **assume o risco** de que ele ocorra. Exemplo: dirigir embriagado, assumindo o risco de causar um acidente fatal.

Culpa consciente: o agente prevê o resultado, mas acredita que pode evitá-lo. Exemplo: motorista que ultrapassa em local proibido, acreditando que conseguirá evitar um acidente.

7. Explique o que é crime consumado e crime tentado, conforme o art. 14 do Código Penal.

Crime consumado: ocorre quando todos os elementos do tipo penal são realizados. Exemplo: o homicídio se consuma com a morte da vítima (art. 121, CP).

Crime tentado: ocorre quando o agente, iniciando a execução do crime, **não o consuma por circunstâncias alheias à sua vontade** (art. 14, II, CP). Exemplo: alguém tenta atirar na vítima, mas a arma falha.

8. Quais crimes não admitem tentativa?

Os crimes que não admitem tentativa são:

Crimes culposos, porque não há intenção de realizar o resultado.

Crimes preterdolosos, em que o resultado mais grave é culposos.

Crimes unissubsistentes, compostos de um único ato (ex.: injúria verbal).

Crimes de mera conduta, onde o ato se consuma pela simples conduta (ex.: invasão de domicílio, art. 150, CP).

9. O que é crime impossível e qual a teoria adotada pelo Código Penal?

O **crime impossível** está previsto no **art. 17 do Código Penal** e ocorre quando a consumação do crime é inviável em razão de **ineficácia absoluta do meio** ou **impropriedade absoluta do objeto**. O Código Penal adota a **teoria objetiva temperada**, que considera se a ineficácia ou impropriedade torna impossível a lesão ao bem jurídico. Exemplo: tentar envenenar alguém com açúcar, acreditando ser veneno.

10. O que diferencia a desistência voluntária do arrependimento eficaz, conforme o art. 15 do Código Penal?

Desistência voluntária: o agente interrompe voluntariamente a execução do crime, evitando sua consumação. Exemplo: interromper o ato de esfaquear a vítima.

Arrependimento eficaz: o agente realiza todos os atos executórios, mas impede o resultado. Exemplo: após disparar contra a vítima, o agente a socorre, evitando a morte.

Em ambos os casos, o agente responde apenas pelos atos já praticados, não pelo crime tentado ou consumado.

11. Explique o instituto do arrependimento posterior (art. 16 do Código Penal).

O **arrependimento posterior** ocorre quando, após a consumação do crime, o agente repara o dano ou restitui a coisa voluntariamente, até o recebimento da denúncia ou queixa. Nesse caso, a pena será reduzida de um a dois terços. Aplica-se apenas a crimes cometidos **sem violência ou grave ameaça**. Exemplo: o autor de um furto devolve o objeto antes do início da ação penal.

12. Quais são os requisitos para configuração do estado de necessidade, conforme o art. 24 do Código Penal?

Os requisitos do estado de necessidade são: Perigo atual que ameaça um bem jurídico próprio ou alheio. Involuntariedade do perigo, ou seja, o agente não deve ter provocado o perigo. Inevitabilidade da conduta,



não havendo outro meio de evitar o perigo. Proporcionalidade entre o bem sacrificado e o bem protegido. Se presentes esses requisitos, o fato será considerado justificado, excluindo a ilicitude.

13. O que caracteriza a legítima defesa, conforme o art. 25 do Código Penal?

A **legítima defesa** ocorre quando o agente **repudia uma agressão injusta**, atual ou iminente, contra si ou terceiros, utilizando **meios necessários e moderados** para repelir a agressão. A defesa deve ser proporcional ao ataque. Exemplo: uma pessoa que reage a um assalto à mão armada disparando contra o agressor.

14. Diferencie o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito.

Estrito cumprimento do dever legal: ocorre quando o agente pratica a conduta porque é obrigado a fazê-lo pela lei. Exemplo: um policial que prende alguém em flagrante delito.

Exercício regular de direito: o agente realiza uma conduta autorizada pelo direito. Exemplo: o boxeador que agride seu adversário em uma luta, dentro das regras do esporte.

15. Explique o que é o excesso punível, conforme o art. 23, parágrafo único, do Código Penal.

O **excesso punível** ocorre quando o agente, agindo dentro de uma das causas de exclusão da ilicitude (ex: legítima defesa), ultrapassa os limites da moderação ou da necessidade. Esse excesso pode ser **doloso**, quando o agente intencionalmente excede o necessário, ou **culposo**, quando o excesso é cometido por imprudência, negligência ou imperícia. Nesses casos, o agente responde pelo excesso.

...

Ficamos por aqui!

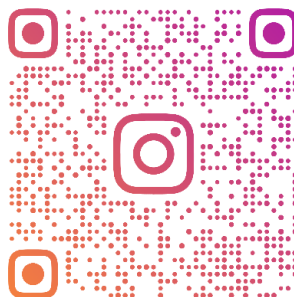
Grande abraço e bons estudos!

“Ninguém vai bater tão forte como a vida, mas a questão não é o quão forte você consegue bater. É o quão forte você consegue apanhar e continuar seguindo em frente.”

Rocky Balboa

Prof. Eduardo Alberi

Me siga no Instagram:  @eduardoalberi



EDUARDOALBERI



LISTA DE QUESTÕES

1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

A) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

B) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão produtora de qualquer resultado superveniente.

C) Diz-se o crime tentado quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.

D) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a publicação da sentença, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida pela metade.

E) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa.

2. (AOCP/Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná/Policial Penal/2024)

De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

A) Diz-se o crime consumado quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

B) A omissão é penalmente relevante ainda que o omitente não tenha o dever de agir.

C) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente à pena aplicável ao crime doloso.

D) Diz-se o crime culposo quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

E) O agente que age em legítima defesa responde com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).

3. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Pernambuco/Segundo Tenente da Polícia Militar/2024)

Em relação à classificação dos crimes, assinale a alternativa correta.



- A) Quanto à duração do momento consumativo, os crimes podem ser classificados em instantâneos ou de ação múltipla.
- B) Quanto ao elemento subjetivo do tipo, os crimes podem ser classificados em unisubjetivos ou plurisubjetivos.
- C) Quanto ao resultado, os crimes podem ser classificados em crimes de dano ou crimes de perigo.
- D) Quanto à modalidade de conduta, os crimes podem ser classificados em comissivos, omissivos próprios e omissivos impróprios.
- E) Quanto à quantidade de bens jurídicos atingidos, os crimes podem ser classificados em unissubsistentes ou plurissubsistentes.

4. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Pernambuco/Segundo Tenente da Polícia Militar/2024)

João e José realizam tratamento de diabetes nos mesmos dias e horários, em UBS de bairro. Em razão de desentendimento, João, desejando matar José, desfere golpes de faca contra ele, os quais o atingem apenas de raspão. Ocorre que, por ser diabético, José vem a falecer em razão do agravamento das lesões sofridas. Nesse caso, à luz do Código Penal, João deverá responder pelo crime de

- A) homicídio consumado.
- B) homicídio tentado.
- C) homicídio culposo.
- D) lesão corporal.
- E) lesão corporal seguida de morte.

5. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Cadete/2022) Com a intenção de matar seu eterno rival, Pompeu Magno desferiu três facadas em Júlio César, fugindo do local em seguida. Socorrido e levado ao hospital pelo SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), a vítima foi imediatamente submetida a uma cirurgia de emergência, contudo não resistiu e veio a óbito. Ocorre que, realizada a perícia, concluiu-se que Júlio César faleceu por obra da imperícia médica do profissional responsável pela cirurgia. Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta de acordo com o direito penal.

- A) Como se trata de causa superveniente relativamente independente que produziu por si só o resultado, Pompeu Magno deverá responder por tentativa de homicídio.
- B) Pompeu Magno deverá responder por tentativa de homicídio, eis que a imperícia médica reflete causa superveniente absolutamente independente.



C) A imperícia médica não foi capaz de romper o nexo causal, razão pela qual Pompeu Magno deverá responder por homicídio consumado.

D) Pompeu Magno deverá responder por lesão corporal seguida de morte, pois a imperícia médica, por si só, não é capaz de romper o nexo causal.

E) Como a situação narrada descreve um caso de imperícia, uma das modalidades de culpa, Pompeu Magno deverá responder por homicídio culposo.

6. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021) Assinale a alternativa correta.

A) Dolores, 20 anos de idade, estava grávida. Certo dia, em razão de fortes dores de cabeça, ela tomou um medicamento para aliviar as dores. Em razão da ingestão do medicamento, Dolores começou a ter fortes dores abdominais e, por isso, foi encaminhada ao hospital, onde acabou abortando o feto. Após tal fato, Dolores foi ler a bula do medicamento e constatou que mulheres grávidas não poderiam fazer seu uso, pois havia risco de aborto. Nesse caso hipotético, pode-se afirmar que Dolores cometeu o crime de aborto em sua modalidade culposa.

B) Nilo cometeu crime de apropriação indébita, porém, antes do recebimento da denúncia, ele devolveu a coisa apropriada. Nesse caso hipotético, segundo o Superior Tribunal de Justiça, deve ser reconhecida como extinta a punibilidade do agente.

C) Donatello constrangeu Eros com intuito de receber, para si, vantagem econômica indevida, violando assim o artigo 158, caput. Nesse caso hipotético, a consumação de tal crime, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ocorre independente da obtenção da vantagem indevida.

D) Dominic comprou de Yan um produto furtado, violando, dessa forma, o artigo 180. Nesse caso hipotético, não se pune o receptor (Dominic) caso Yan seja isento de pena, porquanto a receptação não é delito autônomo.

E) O perdão do ofendido, conforme disposição no Código Penal, é causa extintiva da punibilidade que pode incidir nos crimes de ação penal privada e nos crimes de ação penal pública condicionada. Nessa última hipótese, só é possível sua ocorrência antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

7. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021) Assinale a alternativa correta.

A) Policarpo, quando passava pela Rua Getúlio Vargas, em Bagé, mediante grave ameaça, roubou da senhora Ayla seu relógio. A polícia civil local, ao receber a notícia criminis, instaurou inquérito policial contra ele e o indiciou por tal crime. Durante a fase investigativa, Policarpo, impelido por forte arrependimento do que havia feito, devolveu, voluntariamente, o relógio à vítima. Nessa



situação hipotética, caso Policarpo seja condenado, terá em seu favor uma redução de pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) em razão do arrependimento posterior (artigo 16). Nesse caso, quanto mais rápida for a entrega do bem, maior será a redução da pena.

B) Nísia estava em uma praia totalmente deserta com Epílogo, seu amigo de infância. Por onde os olhos alcançavam, via-se apenas areia, sem pedras, sem morros e sem arvoredos. Com a intenção de lesar Epílogo, ela desferiu um golpe em suas costas, ocasião em que Epílogo caiu e bateu a cabeça justamente em uma pedra (única e não visível), encoberta pela areia (imprevisível), momento em que faleceu por traumatismo craniano. Considerando essa situação hipotética, pode-se afirmar que a conduta dela adequa-se ao crime de lesão corporal seguida de morte.

C) Honório efetuou compra de uma bicicleta e emitiu um cheque sem fundos, de sua conta corrente, para pagar a referida bicicleta. O cheque foi devolvido pelo banco por ausência de fundos. Em razão desse fato, foi instaurado inquérito policial contra ele por violação ao artigo 171, § 2º, inciso VI (estelionato mediante fraude no pagamento por meio de cheque). Ainda na fase investigativa, Honório, voluntariamente, restituiu integralmente o prejuízo à vítima, pagando o valor devido. Nesse caso hipotético, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ele terá em seu favor uma excludente legal de ilicitude, que obstará a propositura da ação penal.

D) Esdras e Efraim, em coautoria, ajustaram a prática do crime de furto contra o Restaurante Bom Prato, em horário em que não houvesse ninguém, ou seja, que estivesse fechado. A exigência de Efraim, para a prática delituosa, seria para que fossem desarmados, pois ele não aceitava o emprego de qualquer violência. Na ocasião em que o crime foi praticado, Esdras disse a Efraim para ficar do lado de fora dando cobertura, enquanto ele entraria no restaurante para furtar. Ao entrar no restaurante sozinho, Esdras se depara com o vigia e, de posse de uma faca (que trazia em sua cintura, sem o conhecimento de Efraim), desferiu vários golpes no vigia que não resiste aos ferimentos e morre no local. Em seguida, Esdras foge e deixa seu colega sem saber do ocorrido. Com base nesse contexto hipotético, pode-se afirmar que Efraim agiu em cooperação dolosamente distinta, razão pela qual responderá por crime de roubo com causa especial de diminuição de pena.

E) Para o Superior Tribunal de Justiça, o estupro de vulnerável se consuma com a prática de qualquer ato libidinoso ofensivo à dignidade sexual da vítima, sendo dispensável o contato físico direto entre ela e o réu para a configuração do delito.

8. (AOCP/Polícia Militar do Estado do Tocantins/Soldado/2018) Sobre as disposições contidas no Código Penal acerca do crime, assinale a alternativa correta.

A) O agente que aponta simulacro de arma de fogo para a vítima, acreditando tratar-se de arma de fogo real, e pressiona o gatilho, responde por tentativa de homicídio para o qual será aplicada a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de dois a três quintos.



B) Durante um naufrágio, duas pessoas acreditam haver apenas uma boia salva-vidas e, disputando-a, uma mata a outra. Em seguida, o agente percebe que havia outra boia disponível. Nesse caso, verifica-se a ocorrência do estado de necessidade real, o qual exclui a ilicitude da conduta.

C) O Policial Civil que, ao efetuar uma prisão determinada por ordem judicial, é obrigado a fazer uso da força, provocando ofensas à integridade física do preso, não responde pelo crime de lesão corporal, dado que praticou a conduta em estrito cumprimento de dever legal, o que exclui a culpabilidade do agente.

D) Um Policial Civil que algema um cidadão honesto, sócio de um fugitivo, age com erro de tipo permissivo ou discriminante putativa e, por isso, é isento de pena.

E) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde pelos atos já praticados com pena reduzida de um a dois terços.

9. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Assessor Técnico de Procuradoria/2012) De acordo com o Código Penal, se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, ele

A) pratica o crime de excesso de exação.

B) pratica o crime de usurpação de função pública.

C) pratica mera infração administrativa.

D) estará no estrito cumprimento do dever legal.

E) pratica desacato.

10. (AOCP/Tribunal de Contas do Estado do Pará/Analista de Controle Externo - Direito/2012) Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. De acordo com o Código Penal, não há crime quando o agente pratica o fato:

I. em estado de necessidade.

II. em legítima defesa.

III. em estrito cumprimento de dever legal.

IV. no exercício regular de direito.

A) Apenas II e IV.



- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

GABARITO

GABARITO



1. Letra A	2. Letra D	3. Letra D	4. Letra A
5. Letra C	6. Letra C	7. Letra E	8. Letra D
9. Letra A	10. Letra E		



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

MASSON, Cleber. Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.